

CRISE

# Economia cai 5,2% no primeiro trimestre

Queda do PIB ficou longe da primavera de 2020, antecipam os economistas. E esperam **crescimento a dois dígitos no segundo trimestre**

SÓNIA M. LOURENÇO

A economia voltou a cair no primeiro trimestre, mas a queda foi inferior ao 'trambolhão' provocado pelo primeiro confinamento, no ano passado. É o que esperam os economistas ouvidos pelo Expresso em antecipação à divulgação da primeira estimativa do Instituto Nacional de Estatística (INE) que ocorrerá no final da próxima semana. A expectativa é que o PIB tenha estado no vermelho durante os primeiros três meses do ano, mas passe para o verde no segundo trimestre, quando os economistas antecipam um crescimento nos dois dígitos.

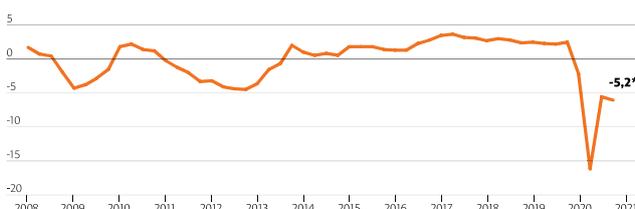
Com maior ou menor grau de pessimismo, todos os economistas ouvidos pelo Expresso apontam para uma queda do Produto Interno Bruto (PIB) nos primeiros três meses do ano, tanto em relação aos primeiros três meses de 2020 (variação homóloga) como face ao trimestre anterior (variação em cadeia). Uma evolução onde pesa o recuo do consumo privado. Na comparação homóloga, as projeções oscilam entre -3% (BPI) e -7% (Católica-Lisbon Forecasting Lab), com o Millennium bcp a apontar para -4,1%, o ISEG para -5,1% e o Santander para -6,6%. A média indica uma contração de 5,2%, quando no segundo trimestre do ano passado atingiu 16,4%.

Quanto à comparação em cadeia, as previsões vão de -0,7% (BPI) até -5% (Católica-Lisbon Forecasting Lab), com a média a ficar nos -3,1%. A confirmar-se, interrompe variações positivas no terceiro e quarto trimestres do ano passado. Ainda assim, mais uma vez, fica longe da queda em cadeia de 14% no segundo trimestre de 2020.

Os resultados do Inquérito Rápido e Excepcional às Empresas (INE e Banco de Portugal) corroboram. Na primeira quinzena de fevereiro, as empresas respondentes registaram uma redução de 18% no volume de negócios, face à situação sem pandemia, o que corresponde a cerca de metade da variação reportada em abril de 2020. É o

## ECONOMIA PORTUGUESA VOLTA A CAIR NO PRIMEIRO TRIMESTRE

Taxa de variação homóloga trimestral do Produto Interno Bruto, em percentagem



\*Média das projeções do BPI, do Católica-Lisbon Forecasting Lab, do ISEG, do Millennium bcp e do Santander  
 FONTE: INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA, BPI, CATÓLICA-LISBON FORECASTING LAB, ISEG, MILLENNIUM BCP E SANTANDER

## ATIVIDADE ECONÓMICA CRESCE MAIS DE 20% FACE AO PRIMEIRO CONFINAMENTO

Variação homóloga da média móvel semanal do Indicador Diário de Atividade Económica (DEI), em percentagem



FONTE: BANCO DE PORTUGAL

resultado de programas de ajuda em pleno funcionamento, da adaptação das empresas e dos trabalhadores, com teletrabalho, comércio *online* e *take-away* na restauração, e do enquadramento internacional mais favorável. Mas, a diferenciação sectorial manteve-se, com os serviços que envolvem contactos pessoais com quedas mais significativas.

### Economia volta a crescer

Vários indicadores já registaram em março variações homólogas positivas, pela primeira vez desde o início da pandemia, beneficiando da conjugação de dois fatores: o desconfinamento em curso e o efeito de base — um ano antes o país entrou em confinamento e a atividade caiu a pique. Entre esses indicadores está o montante de

levantamentos nacionais, de pagamentos de serviços e de compras em terminais de pagamento automático na rede Multibanco e as vendas de veículos automóveis.

Quanto ao segundo trimestre, e como resultado desses fatores, o número de despensas na rede Multibanco aumentou 75,3% em termos homólogos na primeira quinzena de abril. Além disso, a média móvel semanal do indicador diário de atividade económica, calculado pelo BdP, regista incrementos homólogos da ordem dos 20% até à semana terminada em 11 de abril (última informação disponível).

“Se o plano de desconfinamento se mantiver nos traços já anunciados haverá certamente um fortíssimo crescimento homólogo, de dois dígitos quase de certeza”, aponta João Bor-

tes de Assunção, professor da Católica-Lisbon. Bruno Fernandes, economista do Santander, fala em “velocidades superiores a 10% a 15%”. Paula Carvalho, economista-chefe do BPI, não destoa: “Em termos homólogos, em junho, espera-se aumento do PIB superior a 10%. Ainda assim, em meados do ano, o PIB deverá distar 5% a 6% dos níveis pré-pandemia.” Também António Costa, professor do ISEG, lembra que “ainda ficaremos abaixo dos níveis de 2019”. “Acredito que assistamos a taxas de crescimento bastante elevadas, mas temo que poderão abrandar no terceiro trimestre, dependendo do progresso na vacinação e da capacidade que tivermos de conseguir aproveitar o turismo no verão”, alerta Pedro Brinca, professor da Nova SBE.

slourenco@expresso.imprensa.pt

ENERGIA SOLAR

# DGEG aprova lista de 80 fotovoltaicas sem exclusões

Direção-Geral de Energia decidiu permitir todos os projetos inscritos, que somam 17 vezes a atual potência solar do país



Secretário de Estado da Energia, João Galamba  
 FOTO NUNO BOTELHO

A Direção-Geral de Energia e Geologia (DGEG) decidiu que a lista provisória de 80 projetos para centrais fotovoltaicas que manifestaram interesse em firmar acordos com a REN — Redes Energéticas Nacionais será convertida numa lista final sem quaisquer exclusões. A opção foi deixar o mercado funcionar, acreditando que muitos projetos nunca verão a luz do dia, seja por falta de licença ambiental ou por incapacidade dos promotores em estruturar o negócio.

Em janeiro, o diretor-geral de Energia, João Bernardo, havia indicado ao Expresso que a DGEG e a REN iriam fazer uma avaliação para definir um primeiro leque de projetos prioritários, a partir da lista provisória de 80 centrais cuja potência conjunta ascende a 17 gigawatts (GW), quase 17 vezes a capacidade solar atualmente existente em Portugal. Entretanto, caiu essa ideia de definir um primeiro pacote de projetos, deixando à REN o ónus de usar a hierarquia de pontuação dos 80 projetos como critério para iniciar os orçamentos e conversas com os promotores.

Após a classificação provisória de janeiro, vários promotores contestaram as suas pontuações, tentando assegurar um lugar melhor na lista. A 3 de março, a REN comunicou-lhes a classificação final dos projetos, ficando a faltar a validação da DGEG. Fonte de um dos promotores manifestou ao Expresso estranheza pela demora dessa validação. O Expresso questionou o secretário de Estado da Energia, João Galamba, que remeteu a questão para o diretor-geral, tendo João Bernardo assegurado que o assunto ficou fechado segunda-feira.

“Os 17 GW vão ser libertados para que a REN os possa trabalhar em conjunto. A noção que temos é que vai haver, naturalmente, uma mortalidade grande nestes projetos”, afirmou João Bernardo ao Expresso. A opção da DGEG foi, portanto, a de permitir que todas as

80 centrais solares possam ser consideradas pela REN para o estudo dos acordos com os promotores. Isso permitirá que o operador de rede tenha maior flexibilidade do que se tivesse uma lista restrita. Ao libertar todos os projetos sem criar uma lista prioritária, a DGEG permite, por exemplo, que a REN proponha um reforço de rede cujo custo seja repartido por vários projetos num mesmo concelho, mesmo que um esteja na posição 1 da lista e o outro na posição 80.

Caberá agora à REN analisar os 80 projetos, estudar que potenciais sinergias pode haver entre eles (caso se situem em áreas geográficas próximas) e preparar orçamentos. Se os promotores concordarem, poderão então assinar os acordos e avançar, depositar as caucões e avançar com o licenciamento ambiental e camarário.

Estes 80 projetos fotovoltaicos vêm somar-se a outras 14 grandes centrais solares (com 3,5 GW) que também serão construídas nos próximos cinco anos ao abrigo de acordos similares com a REN, mas que estão numa fase mais avançada, tendo já os respetivos acordos assinados. Ao que o Expresso apurou, em maio cada um destes promotores deverá entregar à REN 5% do custo dos reforços da rede e apresentar uma garantia bancária para os restantes 95%.

MIGUEL PRADO  
 mprado@expresso.imprensa.pt